

CREA-SC presente no Fórum Catarinense de Prevenção à Febre Aftosa



Deputado Moacir Sopelsa presidiu a solenidade / FOTO: Vicente Schmitt/Agência AL

A Assembleia Legislativa sediou na manhã desta terça-feira (24) o 5º Fórum Catarinense de Prevenção à Febre Aftosa. O evento, realizado em modo híbrido, tem como objetivo manter o tema em evidência à sociedade e às entidades representativas do setor produtivo catarinense. O evento teve como objetivo enfatizar a importância da implementação de ações permanentes preventivas à doença e fortalecer parcerias entre os entes público e privado.

Realizado no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, o fórum foi promovido pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) com apoio da Federação de Agricultura e Pecuária de Santa Catarina (Faesc). A doença, que é viral e altamente contagiosa, afeta bovinos, suínos, caprinos, ovinos, além de outros animais e pode ser transmitida para seres humanos. Desde 2007, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIT) reconhece Santa Catarina como um estado livre da aftosa sem vacinação.



Os engenheiros agrônomos Ricardo Miotto, secretário de agricultura e Pesca; Angela Paviani, presidente do CREA-SC ; José Milton Schaeffer, deputado estadual; e Athos de Almeida Lopes Filho, presidente da Feagro.

A presidente em exercício do CREA-SC, Eng. Agr. Angela

Cristina Paviani, que participou do evento, comenta que o status sanitário diferenciado deu destaque internacional ao estado e foi fundamental para que Santa Catarina se tornasse uma potência na produção e exportação de carne suína no país. “Destaco o trabalho da CIDASC em parceria com o Governo do Estado no fortalecimento do sistema de vigilância, fiscalização e controle sanitário, bem como dos profissionais catarinenses.”

Para o vice-presidente da Faesc, Enori Barbieri, isso de nada vale sem a prevenção contínua. “Conquistar o status não é o mais difícil. E para Santa Catarina, por meio da Cidasc e de seus técnicos, mesmo com a expertise de chegar onde chegamos, com esse certificado, o mais difícil é a manutenção deste status”, avaliou.

De acordo com ele, é algo que não depende só da Cidasc e dos demais órgãos públicos. “Depende principalmente dos produtores serem parceiros do Estado e deles mesmo, pois afinal de contas, o que está em jogo é o patrimônio deles. A doença aqui seria outra vez uma catástrofe. É preciso o envolvimento de todos e esse fórum vem muito bem nesse momento para mostrar às pessoas que a gente nunca deve baixar a guarda. As doenças são silenciosas e podem ser que apareçam muito tempo depois. No Japão houve um caso depois de 100 anos e ninguém mais sabia como agir, tanto que vieram buscar expertise em Santa Catarina.” A Cidasc continua treinando as pessoas para que, permanentemente, levem o conhecimento, mostrando que a doença existe e pode retornar.

Para o presidente da Cidasc, Junior Kunz, o reconhecimento como área livre da aftosa sem vacinação deu um crescimento gigantesco para a agroindústria local. “Saímos de um universo de poucos países aos quais exportávamos a carne e conseguimos avançar para mais de 150 países. E a Cidasc tem um papel fundamental nisso por ser um órgão de fiscalização e de orientação.” Segundo ele, a excelência do trabalho realizado dá segurança tanto para quem produz quanto para quem consome

os produtos.

Solene

A relevância da certificação recebida por Santa Catarina será comemorada em uma sessão solene nesta quarta-feira (25), às 19h, no Plenário. Para o presidente da Alesc, deputado Moacir Sopelsa (MDB), o Parlamento não poderia deixar de reconhecer entidades como a Secretaria de Estado da Agricultura e Cidasc, por exemplo, além de ex-secretários e técnicos que participaram diretamente do feito. “São 15 anos como área livre de febre aftosa sem vacinação, mas foram 30 anos antes de ações para chegarmos a esse nível. Teve aí um trabalho importantíssimo dos técnicos e a aceitação dos nossos produtores que, sem eles, não teríamos feito. Eles acreditaram naquela proposta, que poderíamos nos tornar livres da febre aftosa e poderíamos buscar mercados importantes.”

Sopelsa destacou ainda que o Estado tinha, no mínimo, uma vez por ano, um foco da doença. A enfermidade normalmente chegava com a entrada de suínos criados no Paraná e Rio Grande do Sul, que tinham contato com países vizinhos onde não havia muito controle sanitário. Na opinião do parlamentar, também foi fundamental o trabalho dos governos Esperidião Amin, Luiz Henrique da Silveira, Leonel Pavan, Raimundo Colombo, Pinho Moreira e Carlos Moisés, que deram continuidade à prevenção e “força” para instituições como Cidasc e Epagri.



Presidente do CREA-SC, Eng. Agr. Angela Paviani com o presidente da Cidasc, Eng. Agr. Junior Kunz.

As exportações, que em 2006 rendiam 360 milhões de dólares para o Estado, chegaram à marca dos 5 bilhões de dólares em 2021. Segundo Sopelsa, isso é reflexo da decisão tomada no passado de combater a doença. “Não tenho nenhuma dúvida. Se

não tivéssemos ido buscar esse status, não teríamos alcançado negócios com países para quem vendemos hoje. E cresceu nossa produção, pois se viu segurança em produzir mais. Indústrias que antes abatiam mil suínos agora abatem cinco mil, outras que abatiam 100 mil frangos e hoje abatem um milhão”, avaliou.

Presidente da Comissão de Agricultura da Alesc, o deputado José Milton Schaeffer (PP) ressaltou que muitas ações que redundaram nesse status sanitário em Santa Catarina foram tomadas por decisões políticas. “Foi um longo trabalho de muitas pessoas que lutaram para que o Estado chegasse a esse ponto. Foi fundamental para que nos tornássemos um estado líder na produção e exportação de carne suína, bovina e também criasse um mercado para a carne de frango, tornando-nos um estado referência em sanidade animal no Brasil.”

Fonte: <https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/>